

DOCTRINA

DIREITO DE GREVE: ORIGENS HISTÓRICAS E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL

Gerson Lacerda Pistori(*)

I – As origens históricas: o direito à resistência e à desobediência civil.

Para que possamos observar historicamente o direito à resistência e à desobediência civil é importante que destaquemos alguns momentos culturais ou históricos, ou ambos. Vamos a eles:

a) *Antígona, de Sófocles*: O século de Péricles (V aC) relaciona-se com a tragédia (tipo de teatro), proveniente do gênero poético nascido no culto ao deus Dionisos – *trágos* é o bode expiatório do sacrifício ritual que representa a morte e a ressurreição da divindade. E a tragédia possui o aspecto de instituição social (1), porque representada durante as festas cívicas de Atenas; o coro das representações (que canta em forma de poesia, narrando as cenas apresentadas) é formado por cidadãos atenienses; a cidade financia a escrita e a apresentação da peça; e os fatos apresentados representam uma reflexão sobre o nascimento da democracia (2).

Temos da tragédia grega clássica um momento fundamental do pensamento filosófico grego, com sua repercussão histórica, em Sófocles, com sua peça *Antígona*. Ali está representada a contraposição entre o público e o privado; é o conflito entre duas leis: a da família e a da cidade. Trata-se da luta política entre dois irmãos de Antígona, Etéocles e Polínice; e Polínice é acusado pelo rei da cidade-estado, Creonte, de traição. Polínice morre na batalha que contende com Etéocles; como é considerado traidor, por força da lei da cidade, é impedido de ter funeral e sepultura. Para a concepção religiosa da sociedade daquela cidade, o jovem guerreiro que morre em combate possui a promessa da imortalidade. Mas para isso é necessário que seu corpo não seja violado da degradação de animais e intempéries; e que seja submetido ao funeral purificador, para manter limpo o corpo que irá para a sepultura. De lá irá para o Hades ser imortal. Como a lei da cidade impede isso, Antígona transgredir a lei da cidade, e faz um funeral próprio para seu irmão. E por isso é condenada à morte. Vale a pena transcrever o diálogo entre Antígona e Creonte:

Creonte: Assim, ousaste transgredir a Lei?

Antígona: Sim, pois não foi proclamada por Zeus!

Nem por Justiça, sentada ao lado dos deuses subterrâneos (as Erínias Vingadoras)! Essas não são as

leis que fixaram para os homens e jamais pensei que tivesses defesas tão poderosas capazes de permitir a um mortal transgredir as leis não escritas, as inabaláveis leis divinas.

O conflito entre as leis do costume do lugar e as leis da cidade demonstram um aspecto da sociedade grega mostrada por Sófocles. E também fica claro que desde a mais remota era o homem possui um diferencial humanista: a resistência racional, psicológica e física. E esse tema perdura na cultura e no pensamento das sociedades e são por elas tratado recorrentemente à medida que fatos e situações chegam a limites.

b) *A desobediência em São Tomás de Aquino*: Os reflexos da cultura grega atravessaram os tempos. E vemos o seu reflexo principal na Idade Média, inicialmente destacado por Graciano (chamado o pai do Direito Canônico, autor do *Decretum Graciani*, século XII) que afirmou que “as normas positivas, tanto eclesásticas quanto seculares, uma vez demonstrada sua contrariedade com o direito natural devem ser totalmente excluídas”. Temos mais precisamente em São Tomás de Aquino, influenciado pela obra de Aristóteles e por Boécio, destacado o conceito de pessoa, a partir da substância espiritual e corporal (3).

E é no conceito de pessoa que passamos a destacar o direito de resistir, mais precisamente o direito de julgar as ações do governo. Assim, se S. Tomás admitia o fortalecimento do domínio real, com o estabelecimento de instituições estatais fortes para a garantia do *bem comum*, posicionava-se por um consistente julgamento moral das ações do poder real. Como nos diz Nery Costa (4): “Não se tratava do instituto que vinculava os soberanos cristãos à interpretação da Igreja, e sim progredia agora no sentido de fomentar o julgamento da ação do governo. A questão da justiça ou injustiça concentrava-se dissociada da questão obrigação. Afirmava, ainda, que certos dispositivos públicos evitavam que a monarquia absoluta degenerasse em tirania”.

c) *Os pós-glosadores e o limite do justo*: A partir dessa conceituação de resistência pelo justo no âmbito da sociedade, trazida do S. Tomás, temos na baixa Idade Média um posicionamento dos juristas pós-glosadores, ou comentadores, que não mais apenas comentavam em glosas (comentários ao lado dos textos do *Corpus Juris*

Civilis), mas também emitiam suas opiniões diante dos textos clássicos e seus comentários. Eram mais práticos, pois respondiam a consultas de partes interessadas. No dizer de Lima Lopes (5) “hã queriam a antiguidade pela antiguidade, mas para seu próprio uso e interesse. Não tinham a paixão pelo texto clássico puro, como diz Wieacker, mas pelo seu valor contemporâneo”. Esses pós-glosadores, repensando as glosas anteriores sobre os textos romanos, passaram a observar a necessidade de outros posicionamentos frente a situações novas e o limite entre o justo e o formal. Daí, temos como exemplo contundente de aplicação do justo no âmbito privado, com a formação da cláusula conhecida como “*rebus sic stantibus*” em antagonismo à tradição romana do “*pacta sunt servanda: Contractus qui habent tractum sucessivum et dependentiam de futuro, rebus sic stantibus intelliguntur*”.

d) *Etienne de La Boétie e a recusa de servir*: com o final da Idade Média e a efetiva transformação do poder da sociedade para os estados nacionais, o governante passa a representar a fonte da lei. E a concentração do poder, em contraposição à estrutura do poder no período anterior (Idade Média), leva o monarca a fortalecer-se cada vez mais e, em função disso, isentar-se de responsabilidade, além de oprimir sem contestação de autoridade para que fosse atendido naquilo que julgasse ser o interesse público e seu interesse próprio (imposições de tributos, p. ex.). Contra a tirania escreve La Boétie seu *Discurso da Servidão Voluntária*, afirmando que um tirano só não poderia oprimir se não tivesse a tolerância dos oprimidos. Nery Costa (6) nos diz que La Boétie procurou decifrar o enigma da servidão e o esquecimento do desejo da liberdade; e observou como elementos da submissão: o costume, que fazia com que os homens pensassem que a forma em que viviam fosse natural, esquecendo da liberdade original; a partir daí, pelos diversos e sucessivos exemplos os homens fossem convencidos de que eram obrigados a suportar o mal da tirania. O segundo elemento seria o estímulo ao prazer - aqui uma outra forma do alegado uso do circo para distrair o povo; afirmava que os diversos teatros, jogos, espetáculos exóticos eram isca de servidão pela alienação, luxúria e mentiras propagadas pelos interessados em escamotear a liberdade. O terceiro aspecto era o uso dos privilégios por alguns, e a partir daí a sucessão hierarquizada do uso das facilidades do poder, a par da imagem que o poder criava para si e o estímulo à diferença existente entre os homens. Apontava como antídoto o entreconhecimento dos homens e a observação da semelhança entre eles como forma de antagonismo aos privilégios e à dominação opressiva: “Os homens só voltariam a ser livres quando, através da aquisição do conhecimento, compreendessem que a amizade entre eles poderia forjar a unidade capaz de levá-los a resistir e, desta maneira, findar a servidão voluntária”(7).

e) *John Locke e o direito de resistência*: John Locke viveu em um momento de grandes transformações econômicas, sociais e políticas na Inglaterra. A segunda metade do século XVII viu a decadência dos Stuarts, a

Revolução Gloriosa e as mudanças no plano econômico britânico que resultaram na implantação do capitalismo na fase posterior ao mercantilismo. Seu posicionamento reflete o pensamento do direito à liberdade individual, bem como o contratualismo, a partir de um pacto social. Este pacto social não à moda de Hobbes, em que se permutava a segurança pela autorização ao detentor do poder para todos os atos e decisões, mas de uma troca vinculativa e dupla entre governantes e governados, sem isentar inclusive o governante. Como destaca Nery Costa (8), “o pacto social representaria os compromissos essenciais do Estado liberal: garantia dos direitos elementares de cidadania e limites e responsabilidades do governo. (...) O pacto social dividia a sociedade política entre governantes e governados, mas reservava a estes a escolha de seus representantes e a preservação de seus direitos essenciais – direitos à propriedade, à liberdade e à vida. Os cidadãos estavam, portanto, obrigados ao governo, apenas enquanto não houvesse abusos nas prerrogativas individuais”.

Cabe destacar que esse posicionamento levava, segundo Pateman (9) (em análise sobre Locke) a “bu as pessoas desempenham suas atividades cotidianas sob a proteção de um governo liberal e constitucional, ou elas estão em revolta contra um governo que em vez de ser ‘liberal’ tornar-se-ia arbitrário e tirânico, e assim perdendo seu direito à obediência”.

f) *Thomas Jefferson e o dever de resistir*: A independência dos Estados Unidos da América foi precedida pela Declaração dos Direitos do Homem, em congresso na Filadélfia, que exigia um tratamento igual entre os colonos e os metropolitanos. O segundo congresso na Filadélfia, em 04/07/1776 declarou a independência estadunidense. Como destaca Nery Costa (10), Thomas Jefferson teve papel fundamental na formação da democracia daquele país. Foi o principal redator da Declaração de Independência e Presidente da República por dois mandatos. Defendia que o princípio básico da política era a liberdade, de cunho individual, mas que não poderia invadir os direitos alheios. Em uma de suas cartas, disse: “Nossos legisladores não se acham suficientemente informados dos justos limites de seu poder; que sua verdadeira função é declarar e fazer cumprir apenas nossos direitos naturais e deveres e não arrebatar nenhum deles de nós”.

Para Jefferson, os membros da sociedade tinham o direito individual de pleitear suas reivindicações através dos órgãos institucionais. E sobre o direito de resistência diz (11): “sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins (assegurar os direitos inalienáveis), cabe ao povo o direito de alterá-lo ou aboli-lo e instituir novo governo, baseando-se em tais princípios e organizando-lhes os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade”.

Jefferson possuía uma concepção contratualista e considerava que os homens foram dotados igualmente de direitos naturais e inalienáveis, e as sociedades políticas criadas para garantir essas prerrogativas.

g) *Os textos da Revolução Francesa e o direito de*

resistência positivo: As mudanças políticas na França do final do século XVIII possuem toda uma influência do pensamento racionalista e do enciclopedismo, fruto da ascensão ao poder da burguesia em detrimento da aristocracia. A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, assim como a Constituição Francesa (*Girondina*) de 1791, e as *Declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1793, correspondem a uma assunção pela sociedade francesa de um modelo internacional para a cidadania burguesa; um paradigma de direitos humanos. E neste modelo encontra-se o direito de resistência.

Destaque-se o art. 2º da *Declaração* de 1789: *A finalidade de toda associação é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem; esses direitos são a liberdade, a segurança e a resistência à opressão.*

A Constituição de 1791 aceitava a resistência legal e, em seus arts. 31 e 32, a utilização de meios legais para resistir à opressão, reconhecendo esse direito como apropriado para a oposição aos atos autoritários.

A *Declaração dos Direitos do Homem* pela Convenção Nacional Francesa de 29/05/1793, dispõe em seu artigo primeiro o direito de resistência à opressão como um dos direitos do homem em sociedade (12). E o seu art. 2º assim expõe: *Em todo governo livre, os homens devem ter meio legal de resistir à opressão, e quando este meio é impotente a insurreição é o mais sagrado dos deveres.*

Já a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* pela Convenção de 23/06/1793, que serviu de preâmbulo à Constituição de 24/06/1793, afirmava em seu art. 33 que a resistência à opressão era consequência dos outros direitos de cidadania, sendo que seu art. 35 afirmava que se o governo violasse os direitos dos cidadãos, a insurreição era para eles o mais importante dos direitos e o mais indispensável dos deveres.

Não obstante, o direito de resistência à opressão deixou de constar expressamente nos textos constitucionais seguintes. Entretanto, como diz Nery Costa, a teoria da resistência é uma categoria jurídica que faz parte dos direitos da cidadania, que perde conteúdo quando positivado, pois é muito difícil, senão impossível, um governo admitir seu lado opressor.

II – Origens históricas: movimentos de protesto e insurreição.

Toda discussão histórica sobre os direitos à resistência e desobediência civil possui um relacionamento com movimentos sociais de protesto e insurreição. E esses movimentos sociais em diversos grupos aparecem na história ligados ao trabalho, ainda que não sob a forma capitalista, mas sob suas formas antecedentes, quer sob o regime de escravidão, quer sob a servidão, ou ainda sob outras formas de apreensão do trabalho, como nas corporações de ofício e outras maneiras peculiares em cada período histórico correspondente.

a) *os judeus e a fuga do Egito*: corresponde a um

ícone ocidental judaico-cristão o episódio contado no Pentateuco bíblico sobre a fuga do povo judeu escravizado para o trabalho no Egito. Ali temos a resistência demarcada a partir do líder Moisés e os atos de prejudicar como forma de defesa ofensiva. As doze pragas do Egito representam formas de incômodo, fustigação, inconformidade da própria divindade contra a opressão e escravidão. E a travessia do Mar Vermelho é um marco de organização, firmeza e determinação. Culmina a saída do Egito com a Lei Mosaica. Interessante essa parábola: primeiro a revolta, depois a institucionalização.

b) *a revolta de Spartacus*: essa revolta de escravos, com apoio de boieiros e pastores, e ainda de gauleses e germanos, chegou a congregar mais de setenta mil homens. Dizem alguns historiadores que se tal revolta tivesse êxito, teria ocorrido a derrota antecipada do Império Romano, bem como o cristianismo como movimento religioso e social não teria campo de atuação, pois um certo tipo de igualdade seria obtido por escravos. Assim, a pregação cristã de que todos eram iguais perante Deus teve repercussão maior diante da desigualdade prevalecente após o insucesso da revolta do Trácio. Embora o exército de Spartacus tivesse derrotado Roma várias vezes (tropas do pretor Varínio), acabou por ser derrotado, quer pela divisão de sua gente, quer pela estratégia de Pompeu, no ano 71 antes de Cristo.

c) *as revoltas nas corporações de ofício*: na Idade Média, à medida que as cidades passaram a ser um centro de aglutinação maior de pessoas, tornando-se mais importantes economicamente pelo comércio e fabricação de objetos de uso comum, foram formadas as corporações de ofício (*gildas* na Inglaterra e *artes* na Itália); elas possuíam três classes básicas: mestres, oficiais ou jornaleiros e aprendizes. Os mestres eram os aristocratas da indústria medieval; os oficiais ou jornaleiros eram os artesãos, que trabalhavam remunerados pelos serviços e tinham por escopo tornarem-se mestres; e os aprendizes atuavam sob recebimento de alimento e alojamento; seu objetivo era tornarem-se jornaleiros ou oficiais. Toda profissão dependia de uma corporação. O pagamento e o recebimento pelos trabalhos dos ofícios tinham relação direta com a ideologia dominante a partir do cristianismo e da Igreja: buscava-se o preço justo de acordo com o material e o trabalho.

Tal posicionamento de hierarquia, tratamento solidário e vivenciamento do justo foi sendo objeto de crise pela própria modificação das condições sociais e econômicas das cidades no final da Idade Média. Os mestres foram se tornando capitalistas, manipulando os oficiais e aprendizes, a par de que as corporações foram cada vez mais se tornando exclusivistas, dando-se oportunidades maiores aos familiares e seu interesse individual. A partir daí se iniciam revoltas.

Temos na França, em 1279, na cidade de *Douai*, uma paralisação de trabalhadores tecelões (jornaleiros e aprendizes) pretendendo melhores condições de trabalho, tendo ocorrido ali violência e mortes em razão do movimento de resistência. Já no ano seguinte, em *Yprés*,

também ocorreu um movimento de luta por melhores condições de trabalho. No mesmo ano, na cidade de *Provins*, uma rebelião de trabalhadores têxteis resultou na morte do Alcaide porque ordenou a ampliação de trabalho em mais uma hora.

Uma das mais significativas revoltas de trabalhadores em corporações de ofício ocorreu na cidade de Florença, na Itália, no ano de 1378. Os jornaleiros e aprendizes de trabalho têxtil, liderados por Michele di Lando, chegaram a tomar a cidade por dois meses; entre suas reivindicações está a redução do horário de trabalho e condições melhores de trabalho e remuneração. Mas a oligarquia florentina conseguiu dominar o movimento.

Também na Itália, na cidade de Lucca, os aprendizes que trabalhavam com artesãos fizeram uma manifestação pedindo um salário (mínimo) para atendimento às condições de vida e menor tempo de labuta no dia primeiro de maio de 1531.(13)

d) *Thomaz Münzer e a guerra dos camponeses*: Thomaz Münzer foi um pregador discípulo de Martinho Lutero que, ao formar um grupo religioso, os anabatistas, rompeu com o principal líder protestante alemão e foi por ele denunciado como apóstata e perseguido. Os anabatistas eram um grupo radical da reforma protestante, surgido durante a revolta de camponeses contra abusos dos príncipes locais e do clero. A revolta social mesclou-se com a revolta política e religiosa, tendo ocorrido uma insurreição e uma guerra de extermínio contra a nobreza e o clero. Após a prisão e decapitação de Münzer, em 1525, prosseguiu a revolta camponesa que chegou a tomar a direção da cidade de Münster em 1534, com a expulsão do bispo e a implantação de um regime do tipo comunista, com a divisão dos bens e poligamia, com rituais de êxtases, visões e profecias. Ao final, com a derrota dos revoltados, composto da parte mais pobre da população local, diz-se que somaram-se mais de cem mil os mortos pela aristocracia alemã.

III – Origens históricas: a Revolução Comercial e a Revolução Industrial – a nova forma da organização do trabalho e seus problemas.

A Revolução Comercial(14) que ocorreu em alguns países da Europa centro-ocidental, entre os séculos XV e XVIII, se deu em razão da expansão do comércio internacional, que gerou riquezas e acumulação de capitais. Isso propiciou o financiamento do progresso técnico e a instalação de indústrias, com o aperfeiçoamento das técnicas de produção e o investimento no trabalho de inventores, com a criação de máquinas e experiências industriais. Houve a ampliação do comércio geográfico de trocas e uma mutação na forma de produção européia.

Isso tudo levou a uma alteração do trabalho artesanal, com base em ferramentas, típico das corporações de ofício, para um trabalho mais dividido, à base de máquinas em escala crescente. No final do século XVIII na França e na Inglaterra, por exemplo, depois do declínio das corporações de ofício e do crescimento do

mercado, passou a haver a especialização e a divisão do trabalho: assim, Adam Smith (15) destaca que 10 homens, dividindo o trabalho, produziram 48.000 alfinetes em um dia. Artesanalmente um homem produziria 20 alfinetes por dia. Era o que o aumento das trocas necessitava.

Com as novas fábricas nasceu uma classe operária que se caracterizou por ganhar baixíssimos salários em troca de jornadas incrivelmente longas. E com a mecanização do trabalho industrial, a posse dos meios de produção, principalmente as máquinas, passou a ser exclusiva dos possuidores do capital, diante do seu alto custo. Formou-se assim o proletariado industrial, uma classe de pessoas separadas do meio de produção, apenas com sua força de trabalho para ser vendida por baixíssimos salários e péssimas condições de trabalho. Havia um desemprego constante, miseráveis condições de vida, praticamente três quartos (3/4) do dia inteiro de trabalho em condições insalubres, freqüente contratação de mulheres e crianças por salários ainda mais baixos do que os homens, doenças, mortalidade em índices altíssimos, além da prostituição e o alcoolismo.

Diante dessa situação começaram a ocorrer as primeiras movimentações e reações dessa nova classe social, juntada pelas circunstâncias, composta de uma maioria vinda do campo, sem estrutura comunitária e familiar que a socorresse, como antes da ida para as cidades. Como diz Del Roio (16): ‘Os sofrimentos comuns os irmanam e as iras individuais se fundem em magmas de revoltas coletivas. Nasce o movimento operário’.

IV – O início das greves.

O termo *greve* possui origem francesa. Decorre do antigo nome da Praça dos Paços do Conselho (Hôtel de Ville) em Paris. O nome é originário da situação do local às margens do rio Sena (*Seine*), tendo *grève* um significado de praia de cascalho. Nesse local foi criado um cais pelo preboste (preposto) dos mercadores Le Peletier, em 1673, local em que se realizavam as principais festas populares e onde estava o cadafalso em que se executavam criminosos. Ali era o lugar em que os trabalhadores, após a Revolução Francesa, quando abandonavam coletivamente ao trabalho iam para lá. Estavam em greve.

Em espanhol o termo é *huelga* (folga). Em inglês o termo é *strike* (golpe).

Um movimento de insurreição grevista do primeiro momento da revolução industrial é o *Luddismo*, que teve como liderança um tal de General Ludd (nome adotado a partir de um maluco denominado Ned Ludd que por volta de 1779 havia invadido uma oficina e desengonçado as máquinas com marteladas). Tratava-se de um movimento de revolta por um grupo que mandava primeiro cartas de ameaças, e depois grupos mascarados dispostos a quebrar as máquinas das fábricas, pois os Ludistas acreditavam serem elas as causas do desemprego. Seu pano de fundo constituía-se na crise das exportações britânicas em razão do bloqueio continental

imposto por Napoleão Bonaparte desde 1806, a par da guerra entre a Inglaterra e o principal fornecedor de algodão para a tecelagem britânica, os Estados Unidos. Esse movimento resultou no *Frame Braking Act*, que estabeleceu a pena de morte para quem destruísse as máquinas de produção (17).

Em 1819, na cidade de Manchester, os operários deram início a manifestações de protesto contra injustiças e condições de trabalho. Reuniram-se aos milhares (cerca de 50.000) na Praça de *Saint Peter*. O chefe do governo inglês era o generalíssimo Wellington, vencedor da batalha de Waterloo, contra Napoleão. Para aquele momento a questão operária na Inglaterra era vista como insurreição. Avançou pela praça com uma carga de cavalaria. Foi um massacre. Esse episódio recebeu o apelido de *Peterloo*. Mas deu resultados: a primeira lei que circunscreveu o trabalho de menores entre 9 e 16 anos a 12 horas(18).

Houve muitas greves de cunho insurrecional, como em Bordeaux no dia 1º/05/1831, quando os serradores destruíram as novas serras mecânicas, e em Lyon, em novembro de 1831, quando os trabalhadores, conjuntamente a segmentos da guarda nacional, tomaram a cidade.

Essas revoltas de trabalhadores com setores da sociedade ainda revelam um momento político de transições de períodos revolucionários. Mas sob o prisma trabalhista e capitalista, mais ou menos da metade do século XIX em diante, observa-se uma nova e importante retomada econômica do que se denominou segunda revolução industrial. As empresas dos principais países ocidentais europeus e dos Estados Unidos estruturaram-se de forma robusta e moderna, a partir da revolução nos transportes e sua repercussão no próprio industrialismo. Organizaram-se as fábricas por métodos em que a organização e a disciplina eram básicas e vitais. Esse disciplinamento e arregimentação de largos espectros para aplicação de mão-de-obra, a par de aglutinar os trabalhadores, ajudou-os em capacidade disciplinar e organizativa. Aos poucos a contestação difusa quanto à situação de vida e trabalho foi sendo dirigida à vida profissional e canalizada pelas associações de classe.

V – Os caminhos percorridos pela natureza jurídica da greve.

Alice Monteiro de Barros(19) e Segadas Vianna(20) destacam que a Inglaterra, através dos Combinations Acts desde 1779, e depois em 1814, punia com prisão os atos de intimidação ou obstrução do trabalho, e a França, através da Lei Chapelier, de 14/06/1791, e depois pelo Código Penal de 1810, foram os países que mais reprimiram a greve, considerando-a um delito. Na Itália, até 1889, também era considerada um delito – a ponto de Carnelutti, já na década de 30 do século XX(21) defender a idéia de comparação entre guerra e greve, além de afirmar: ‘O direito de guerra é a negação do direito e, como direito subjetivo, não pode existir senão como reflexo do direito objetivo; a fórmula ‘direito de guerra’ ou ‘direito de greve’ contém uma ‘*contradictio in adjecto*’”.

De qualquer forma, na Itália a greve até o Código Zanardelli era considerada um delito, tendo retornado a ser considerada delito pelo fascismo de 1926 até 1945, com a restauração democrática.

Concomitantemente à consideração da greve como um ilícito penal, a greve foi considerada como um ilícito civil. Como um ilícito civil, a greve era considerada como não admitida pelo direito e não agasalhada por ele; pelo contrário, a quem fizesse greve, entidade ou pessoa física, caberia responder civilmente pelo ilícito.

Uma terceira concepção de greve, posterior, é a que corresponde à quase direito, ou fato social com liberdade de efetivação. Assim, a greve para essa concepção é um ato jurídico. Ou uma liberdade que o Estado pode e deve procurar evitar, a partir de uma correção social(22).

Por fim, o posicionamento de Krotoschin(23) que busca enquadrar a greve entre os direitos humanos, dizendo: “A luta operária aberta é um princípio admitido na maioria dos países como um exercício de um direito. Esse direito forma parte dos chamados direitos fundamentais. Às vezes se encontra expressamente consagrado pelos textos ou leis gerais ou especiais, às vezes é reconhecido de modo implícito”.

VI – Resumos de conceituação de greve.

Sussekind (24) cita Mário Deveali, para quem uma definição exata de greve só pode ser formulada tendo em conta o ordenamento jurídico de cada país. E para ele “greve consiste na abstenção simultânea do trabalho, concertada pelos trabalhadores de um ou mais estabelecimentos, ou de suas seções, com o fim de defender os interesses da profissão”. E ainda aponta que tal conceito acima exposto diferencia a verdadeira greve realizada por trabalhadores com finalidade profissional, das outras formas de greve, como a política específica, a de solidariedade, greves de setores da população com finalidades não diretamente ligadas ao trabalho, como de consumidores, usuários de serviços, contribuintes, greves de estudantes, e de cunho político geral.

Assim, para Santoro Passarelli (25), em um contexto restritivo, greve é “a abstenção concertada do trabalho para tutela de interesse profissional coletivo”. Hélène Sinay aponta a greve como “a recusa coletiva e combinada do trabalho, manifestando a intenção de assalariados se colocarem fora do contrato a fim de assegurar o êxito de suas reivindicações”. Vê-se aqui a greve como imanente e decorrente do contrato apenas. O jurista português Antonio Monteiro Fernandes diz que greve “é a abstenção coletiva e concertada da prestação de trabalho, através da qual um grupo de trabalhadores intenta exercer pressão no sentido de obter a realização de certo interesse ou objetivo comum”. Vê-se aqui um posicionamento mais abrangente e mais antagônico à opinião dos juristas apresentados de início neste capítulo, pois admite o interesse ou o objetivo comum como base legítima para a greve, extrapolando o conceito estrito da relação estabelecimento, trabalho e trabalhadores.

Entre os juristas nacionais, temos Mozart Victor Russomano, que diz ser greve “a interrupção pactuada de

trabalho dos assalariados, com o objetivo de fazer pressão sobre a vontade de quem os emprega”. Martins Catharino diz que “greve é a suspensão coletiva e temporária do trabalho com a finalidade dos seus autores obterem a conservação, a melhoria ou a obtenção de novas vantagens relacionadas com seu trabalho”. Orlando Gomes diz ser a greve “a declaração sindical que condiciona o exercício individual de um direito coletivo de suspensão temporária do trabalho visando a satisfação de um interesse profissional”. Pinho Pedreira diz ser a greve “a paralisação coletiva, concertada e temporária do serviço por trabalhadores para fazerem pressão no sentido do atendimento de suas reivindicações”.

VII – A greve no Brasil: breve caminhar.

No plano do direito positivo brasileiro temos a greve somente presente no final do século XIX, pois o trabalho livre era minoritário e com características muito limitadas até meados do século XIX, em razão da escravidão. Diante disso, apesar do liberalismo econômico, a primeira lei penal da República Brasileira(26), Decreto n. 847 de 11/10/1890, em seus arts. 205 e 206 assim dispunham:

“Art. 205 - Seduzir ou aliciar operários e trabalhadores para deixarem estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa ou ameaça de algum mal: Pena de prisão celular de um mês a três meses e multa de 200.000 a 500.000.

Art. 206 - Causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos patrões aumento ou diminuição de serviço ou salários: Pena de prisão celular de um a três meses”.

A nova lei penal de 12/12/1890, Decreto n. 1.162, alterou em parte o art. 205, assim como o art. 206, acrescentando os termos “por meios de ameaças, constrangimentos” ou manobras fraudulentas, e ampliando a prisão para de dois (2) a seis (6) meses no caso deste último artigo. Isso transformou a greve pacífica em não ilegal.

A Constituição Federal de 1891 foi omissa quanto à greve.

O Decreto n. 21.396/32, que tratava das comissões mistas de conciliação, preparando uma futura justiça do trabalho, em seu art. 17 dispunha que os trabalhadores que abandonassem o serviço, abruptamente, sem qualquer entendimento prévio com os empregadores, por intermédio da Comissão de Conciliação, ou que, *a posteriori* dificultassem a integral observância do acordo feito ou da decisão proferida, poderiam ser, sumariamente, suspensos ou dispensados pelos empregadores. O art. 18 dizia que os sindicatos que praticassem infrações àquele decreto teriam que pagar multa e poderiam ter suas cartas de reconhecimento cassadas.

A Constituição de 1934 foi omissa quanto à greve.

A Lei n. 38 de 04/04/1935, que tratava da segurança nacional, em seu art. 18, tratava da greve como delito, quanto à instigação à paralisação de serviços

públicos ou abastecimento da população, ou indução à paralisação do trabalho por motivos estranhos à condição do mesmo, com pena de seis meses a dois anos de prisão celular. Desse texto se extrai a *contrario sensu* a litude da greve pacífica em estabelecimento de trabalho.

A Carta Constitucional de 1937 tratou da greve e do *lockout* de forma restritiva: Art. 139, *in fine* – “A greve e o ‘lockout’ são declarados recursos anti-sociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”.

O Decreto-lei n. 431 de 18/05/1938 declarava ser crime induzir empregados e empregadores à cessação do trabalho no seu art. 3º, II. O Decreto-lei n. 1.237 de 02/05/1939 que tratava da organização administrativa da Justiça do Trabalho também estabelecia penas para os participantes da greve e do ‘lockout’. O Código Penal de 1940, Decreto-lei n. 2.848 de 07/12/1940, em seu Título IV, disciplinou o que chamou de “crimes contra a organização do trabalho”.

A CLT, Decreto-lei n. 5.452/43, tratava da greve e do ‘lockout’ nos arts. 722 a 725, no Título VII, Capítulo VII, das penalidades.

O Decreto-lei n. 9.070 de 15/03/1946, após a 2ª grande guerra mundial, tendo em conta o ambiente de vitória democrática, houve a participação do Brasil na Conferência de Chapultepec, Cidade do México, 1945, com a assinatura da “Declaração dos Princípios da América”. No Ato de Chapultepec, na letra G, do seu item I, constava: “Reconhecimento do direito de associação dos trabalhadores, do contrato coletivo e do direito de greve”. Com a eleição e posse do general Dutra (em 31/01/1946), mas antes da Constituição de 1946 (18/09/1946), foi editado o Decreto-lei n. 9.070/46, que era uma antinomia à Carta de 1937, pois admitia e regulamentava o direito de greve. Essa lei foi recepcionada pela Constituição democrática de 1946, em seu art. 158: “É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”.

Entretanto se vê que a Lei n. 1.802/53 dizia que os crimes contra a organização do trabalho, definidos no Título IV, da parte especial do Código Penal, quando cometidos em ameaça ou subversão da ordem política e social, serão processados de acordo com a presente lei, e punidos com as penas privativas da liberdade, ali estabelecidas, com aumento de um terço.

A Lei n. 4.330 de 01/06/1964, editada ainda sob a vigência da Constituição de 1946, introduziu a greve como um direito sindical apenas; e admitia a greve para empregados com regime celetista; e estabelecia penas para os dirigentes sindicais e grevistas se a greve fosse considerada ilegal. Mas introduziu um grande número de embaraços burocráticos para o exercício da greve, na forma que interessava o golpe de 31/03/1964.

A Carta Constitucional de 1967, em seu art. 158, XII, dispunha: “A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos... XXI - greve, salvo o disposto no art. 157, parágrafo 7º”, que dizia: “Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei...”.

O Decreto-lei n. 898 de 29/09/1969, em seu art. 38 aplicava a reclusão de 4 a 10 anos a quem promovesse greve ou 'lockout' acarretando a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais.

A Emenda n. 1, de 17/10/1969 manteve a mesma linha da Carta de 1967 quanto à greve, alterando apenas o número dos artigos.

A nova Lei de segurança nacional, de n. 6.620 de 17/12/1978, em seu art. 27 ampliou a pena de incitação e greve em serviços essenciais de qualquer tipo, para 2 a 12 anos de reclusão. E os arts. 35 e 36 ampliaram o contexto penal, estabelecendo reclusão de 1 a 3 anos para exercício de greve, incluída a diminuição do ritmo do trabalho, para quem exercesse o serviço público ou atividade essencial, e a incitação à desobediência coletiva de leis ou paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais, com pena de reclusão de 2 a 12 anos, com agravante de até 30 anos se houvesse lesão corporal grave ou morte. A lei também ampliava a punibilidade para solidarização à greve em serviços públicos ou essenciais, com detenção de oito meses a um ano, entendendo ainda que realizar greve proibida era fazer propaganda subversiva.

A Constituição cidadã de 1988 garantiu a greve como um direito e garantia fundamental, como um direito social, e garantiu em seu art. 9º que aos trabalhadores cabe a decisão sobre oportunidade e interesses relativos a esse direito. A greve portanto é um direito dos trabalhadores, e não somente dos sindicatos. Os parágrafos primeiro e segundo do art. 9º estipulam sobre lei que deve definir os serviços e atividades essenciais para atender a concomitância entre o direito de greve e o direito de qualidade de vida da sociedade, além de observar a responsabilidade sobre abusos.

Haddock Lobo (27) destaca que é bem mais amplo o direito de greve estabelecido na Constituição de 1988 do que o estabelecido na Constituição de 1946 e na Carta Constitucional de 1967, distinguindo o direito de greve do art. 9º da atual Constituição, que possui relação direta com os trabalhadores de empresas privadas ou mistas ou empresas públicas, daqueles relacionados com os servidores públicos que tem a previsão do direito de greve no art. 37, VII da mesma Constituição, e que necessitam de lei complementar que regule tal direito.

A Lei n. 7.783 de 29/06/1989 veio atender os parágrafos 1º e 2º do art. 9º da Constituição de 1988.

Notas de Rodapé

1) Ver Marilena Chauí, Introdução à História da Filosofia, 1, Cia. das Letras, SP, 2002; pp.136/140.

2) Chauí, op. cit., faz referência a Vernant para esta conclusão.

3) *Apud* Fábio Konder Comparato, in *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*, Ed. Saraiva, SP, 2004; p. 20.

4) *In Teoria e Realidade da Desobediência Civil*, Ed. Forense, Rio, 2000; pp. 11/12

5) *In O Direito na História*, Ed. Max Limonad, SP, 2002; p. 135.

6) *Opus cit.*; pp. 13/14.

7) Nery Costa, *opus cit.*, p.15.

8) *Opus cit.*, pp. 17/18.

9) *Apud* Nery Costa, *ibidem*.

10) *Opus cit.*, p.22.

11) *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América*.

12) Vide *Teoria e Realidade da Desobediência Civil*, de Nery Costa, já citado., pp. 25/27.

13) *In 1º de Maio – Cem anos de Luta*; José Luiz Del Roio, Ed. Global/Oboré, SP; 1986.

14) Vide *Estudos de História Moderna e Contemporânea*, de Raymundo Campos; Atual Editora, SP, 1988.

15) *A riqueza das Nações*, *apud* Raymundo Campos, op. cit.

16) *Opus cit.*, p. 36.

17) Vide www.terra.com.br/voltaire/artigos/ludismo.htm, em 02/11/04, às 13h23.

18) Vide Del Roio, *op. cit.*

19) *In Direito de Greve no Contexto Democrático*; T&D, n. 21, junho de 1999; pp. 59/61.

20) *In Greve – Direito ou Violência?*; pp. 22/23.

21) *In Derecho o delito de huelga*.

22) Segadas Vianna, *op. cit.* pp. 38/40.

23) *Apud* Segadas Vianna, *op. cit.*, p. 45.

24) *In Greve: Conceito, Sujeito e Objeto*; Revista da Procuradoria-Geral do Trabalho; 1999

25) Adota-se aqui a relação de conceitos apresentados pelo Juiz Deraldo Dias de Moraes Neto no artigo *Greve: Evolução e Efeitos Jurídicos*, na Revista do TRT da 5ª Região; 1992.

26) Textos legais extraídos do artigo *A greve no Brasil e sua relação com o tempo*, de Eugênio Roberto Haddock Lobo, in Revista da Academia Nacional de Direito do Trabalho, 1994

27) *Op. cit.*

(*)Juiz titular do TRT da 15ª Região – mestre em Direito Processual Civil e mestrando em Direito do Trabalho.